----------ATA----------
Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois. ----------
-----Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------
-----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois; ----------
-----2.- Correspondência – Consideração e análise; ----------
-----3.- Período de antes da ordem do dia; ----------
-----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: ----------
-----4.1. – Discussão e votação da proposta do Orçamento e GOP`S, para o ano 2023/2027, e demais documentos que a integram, para efeitos do disposto nas alíneas a), m) e o) do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; ----------
-----4.2. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama Municipal, a liquidar e cobrar no ano de 2023;
-----4.3. – Deliberar sobre a fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a praticar no ano de 2023; ----------
-----4.4. – Discutir e votar proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023; ----------
-----4.5. Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere à alteração das taxas de Regulamento Municipal de Mera Comunicação Prévia e Fiscalização de Espetáculos de Natureza Artística, nos termos e para cumprimento da alínea k), do n.º 1. Do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; ----------
-----4.6. Discutir e votar minuta de contrato relativa à cedência de utilização, exploração e gestão do Estádio Cruz do reguengo; ----------
-----Ponto 5. - Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município bem como da sua situação financeira; ----------
-----Ponto 6. - Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; ----------
-----Ponto 7. - Período de intervenção aberto ao público. ----------
-----Estiveram presentes na reunião sessenta e seis membros. ----------
-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. ----------
-----Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pelos cidadãos eleitos, Manuel Dias de Barros, Nuno Emanuel Pimenta Queirós, Daniel Alves Vieira e Ana Daniela Monteiro Barbosa, foram empossados, em sua substituição, os cidadãos Cláudio Domingues dos Santos Carvalho, Flora de Jesus da Silva Lomba Gomes, David Machado Pereira e Marcelo Daniel Machado Duarte, respetivamente. Foram relevadas as ausências dos Presidentes de Junta de Freguesia de Prado S. Miguel, Rui Fernando Aires de Abreu Malheiro, na sessão de trinta de setembro de dois mil e dois, e de Parada de Gatim, Júlio de Araújo Fernandes, na presente sessão, tendo este

sido substituído pelo Primeiro Vogal do mesmo órgão autárquico, José Miguel Gomes Fernandes. ----------

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de trinta de setembro de dois mil e vinte e dois foi aprovada por unanimidade. ----------

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou a seguinte correspondência: *email* da CPCJ de Vila Verde com o pedido de substituição do membro Elisabete Jesus Cunha e Silva, que tinha sido designada por esta Assembleia Municipal, na qualidade de cidadã eleitora, e teria ultrapassado o limite de faltas; uma comunicação da Associação Nacional de Assembleias Municipais, na qual informava que o valor da quota para dois mil e vinte e três se ia manter inalterável, pelo que, atendendo a que Vila Verde estava entre os municípios com mais de quarenta mil eleitores, a cota ia ser de mil novecentos e vinte e cinco euros; ofício da Infraestruturas de Portugal a informar que a construção da Variante à EN 101, em Vila Verde, estava prevista no Programa de Alargamento/Aumento de Capacidade do PNI2030, que o planeamento do empreendimento inserido na proposta de trabalho para todo o PNI2030 ainda não tinha sido consolidado, sendo necessário desenvolver os necessários estudos, e que Portugal havia merecido a capacidade de financiamento, pela Comissão Europeia, para um lote de investimentos na Rede Rodoviária Nacional, ao abrigo do PRR, o que constituía uma prioridade para o horizonte temporal daquele Plano; resposta do IMT a comunicar o encaminhamento das moções intituladas "Variantes à EN101/EN205" e "Reformulação/requalificação da Rotunda do Canoísta e EN 201" para a Infraestruturas de Portugal, S.A., entidade que tinha vindo dizer que, em três de setembro de dois mil e dois, havia sido realizada reunião entre o IP – Gestão Regional de Viana do Castelo e Braga e a Câmara Municipal de Vila Verde, tendo ficado acordado que a autarquia iria enviar estudo com a solução final aprovada pela IP em oito de agosto de dois mil e vinte e dois, para desenvolvimento do processo, etapa que ainda se aguardava; relativamente à EN 201, encontrava-se prevista a segunda intervenção no entroncamento com a 308, a qual correspondia a uma beneficiação de pavimento direcionada para a mitigação do problema do ruído, estando em fase de contratação, prevendo-se a adjudicação da empreitada em dois mil e vinte e três; o Guia Sobre a Prevenção da Corrupção no âmbito das Autarquias Locais, enviado pela ANAM. ----------

-----No terceiro ponto - período de antes da ordem do dia -, Ricardo Cerqueira, do BE, apresentou uma moção intitulada "Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres" que se celebrava neste dia 25 de novembro, dia que, em Portugal, tinha sido assinalado com um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Ano após ano, os números desta violência continuavam a envergonhar a sociedade portuguesa. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, em dois mil e vinte e um, a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga tinha continuado a ser o crime mais participado em Portugal, com vinte e seis mil e quinhentas e vinte queixas, representando vinte e oito vírgula nove por cento de todos os crimes praticados contra pessoas, sendo que a maioria das vítimas deste tipo de violência, setenta e quatro vírgula nove por cento, eram mulheres e raparigas e a maioria dos denunciados, oitenta e um por cento, eram homens. A marca de género na violência sobressaía também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, o crime de violação aumentara vinte e seis por cento, com mais oitenta e dois casos, e,

nos casos de abusos sexuais de menores, noventa e cinco vírgula seis por cento dos arguidos eram homens e as suas vítimas correspondiam a oitenta e três vírgula um por cento de raparigas e dezasseis vírgula nove por cento de rapazes. As mulheres mais pobres, lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as racializadas e as portadoras de deficiência eram vítimas de múltiplas violências, sendo que o *Trans Murder Monitoring* registara, a nível mundial, trezentas e vinte e sete pessoas trans assassinadas este ano, noventa e cinco por cento das quais do género feminino, e trinta e seis por cento das assassinadas na Europa eram imigrantes. Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) registara, entre um de janeiro e quinze de novembro de dois mil e vinte e dois, vinte e oito mulheres assassinadas, tendo vinte e duas sido vítimas de feminicídio, em contexto de relações de intimidade e seis assassínios, três em contexto familiar, uma em contexto de crime, uma em contexto de discussão pontual e uma em contexto omisso. Em cinquenta e cinco por cento dos casos, existia violência prévia contra a vítima e, em sete, já tinha sido apresentada queixa às autoridades. Em cinco casos, as vítimas já haviam sido ameaçadas de morte pelos homicidas e, em todos os casos, a violência de que eram vítimas era do conhecimento de terceiros. Assim, esta Assembleia Municipal, saudando todas as iniciativas do dia vinte e cinco de novembro, nomeadamente as que se haviam realizado no concelho de Vila Verde ou outras, como a Marcha pelo Fim da Violência contra as Mulheres, tal como o trabalho diário das associações, ONG, movimentos e serviços sociais do Estado que prestavam apoio às mulheres vítimas de violência e lutavam pela erradicação da violência na sociedade portuguesa e em todo o mundo deliberava: cumprir, após aprovação, um minuto de silêncio em homenagem às vítimas; empenhar-se em garantir que a violência contra as mulheres não era normalizada nem silenciada; comprometer-se no apoio ao desenvolvimento de ações de transformação social que conduzissem à eliminação da violência contra as mulheres; publicar o texto da presente moção na página web do município de Vila Verde, bem como nas suas redes sociais; endereçar à União de Mulheres Alternativa e Resposta e à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género o texto da presente moção, enaltecendo o trabalho realizado por estas instituições e desejando que alcançassem os nobres desígnios a que se propunham.----------

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, manifestou a sua concordância com o teor da mesma moção, mas chamou à atenção para a questão da publicação do texto na página e nas redes sociais do Município, até porque, se se abrisse aquele precedente, corria-se o risco das próximas moções também terem que ser ali publicadas. Se existisse uma página da Assembleia Municipal, poderia fazer algum sentido, enquanto ao fazê-lo na página da Câmara Municipal se poderia abrir um precedente. ----------

-----O Presidente da Mesa referiu que a moção de reportava a publicação na página web do município, que que podia englobar todos os órgãos do mesmo, mas não se intrometia na gestão da parte logística da introdução dos conteúdos no site do Município, pelo que, mesmo sendo aprovada em sede de Plenário, a parte logística da publicação ficava a cargo do Executivo Municipal. ----------

-----Ricardo Cerqueira voltou a intervir para considerar que as demais e futuras moções poderiam ser contempladas com a mesma publicação, se assim o propusessem. Hoje, vira na página do Município, e muito bem, divulgada uma ação que tinha sido concretizada naquela manhã e congratulava-se por a mesma ter acontecido, sendo que o

seu conteúdo tinha a ver com esta moção, razão pela qual, tornando-a pública, nas redes sociais, a Assembleia Municipal passaria também a ser participante ativo nestas comemorações, a exemplo do que havia acontecido com o Executivo Municipal. --------
-----Esta moção foi aprovada por unanimidade. Seguiu-se um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. ----------
-----Carlos Pedro Castro, do PSD, começou por convir que a resposta relativa à moção por si apresentada, há onze meses, sobre a rotunda do Canoísta, não era resposta nenhuma, porquanto não havia qualquer decisão, limitando-se a referir melhorias e arranjos. Assim, apresentou uma moção pela urgente requalificação das vias existentes, nomeadamente a EN 101 e a construção da Variante, na qual considerou que o concelho de Vila Verde se encontrava numa situação de estrangulamento rodoviário, muito agravada pelo aumento do tráfego nas duas principais vias de acesso, devido à deficiente rede de estradas estruturais de acesso e atravessamento do concelho. As EN 101 e 201, que atravessavam o concelho e ligavam a sede do distrito de Braga ao distrito de Viana do Castelo, eram reconhecidamente deficientes face às necessidades do trânsito de automóveis ligeiros e de mercadorias. Na EN 101 estavam em fase de conclusão as obras de requalificação do piso, que traziam maior segurança, mas não alteravam as condições de fluidez de trânsito. A necessidade de construção de uma Variante à EN 101/201, na sede concelhia, era uma causa com mais de vinte e cinco anos, reconhecida como uma urgência e uma necessidade pelas instituições locais e pelos diferentes organismos estatais, estando agora integrada no Plano Nacional de Investimentos 2030, com uma verba anexada de dezoito milhões de euros. Contudo, desconhecia-se publicamente que tivesse sido decidida ou tomada qualquer iniciativa para avançar com aquela obra no âmbito do PN/2030, tendo o Ministro das Infraestruturas reconhecido que não havia projeto para a obra. A ausência daquela Variante colocava o concelho de Vila Verde numa situação de exceção e discriminação negativa relativamente ao resto do território nacional, dado tratar-se de um município com mais de quarenta e seis mil habitantes e que, atendendo à sua dimensão económica e social, era, atualmente, caso único no país, continuando sem uma Variante ao seu núcleo urbano. Na EN 201, a situação estava cada vez pior, sendo quase insuportável, com filas contínuas de vários quilómetros em ambos os sentidos e com riscos acrescidos para automobilistas, peões, velocípedes e motociclos. A Infraestruturas de Portugal tinha avançado com os procedimentos para a requalificação de zonas da via, para resolver os graves problemas de segurança para peões e áreas de mau estado de conservação da estrada, mas a obra continuava por arrancar, apesar da urgência da requalificação e da gravidade das situações de risco para a vida das pessoas ao longo do traçado da mesma. Contudo, as obras não iam resolver o problema das longas filas de trânsito que diariamente se acumulavam a norte e a sul da rotunda do Canoísta, na Vila de Prado, situação que se afigurava insustentável e deplorável, sendo inaceitável e incompreensível que, nos tempos atuais, se sujeitasse famílias, trabalhadores, transportadores de passageiros e mercadorias, empresas, deslocações de emergência e todo o tipo de utilizadores da rede viária ao desgaste e prejuízo material, de forma sistémica. O problema poderia ser agravado com a construção da prometida Variante ao Parque Industrial de Oleiros, outra necessidade que Administração Central deveria assumir com a máxima urgência. Como era público, o Município de Vila Verde já tinha feito várias diligências e reuniões com a Infraestruturas de Portugal para encontrar

soluções no sentido de resolver o problema do estrangulamento rodoviário que afetava a EN 201 e a Variante do Cávado, tendo o Sr. Deputado Carlos Cação interpelado o Governo nesse sentido. A posição da Infraestruturas de Portugal ia no sentido de alterar a atual disposição da Rotunda do Canoísta para uma rotunda alongada que aumentasse as possibilidades de escoamento do tráfego, opção que se revelava insuficiente e que não ia resolver o problema das filas de trânsito que se acumulavam na EN 201 e na Variante do Cávado. Uma passagem desnivelada era a única alteração que poderia resolver a atual situação, tendo consciência de que, não havendo outro tipo de transportes, nem autoestradas, era através das estradas nacionais que os veículos se deslocavam no concelho e para os concelhos vizinhos, assim como, em especial, para Braga. Com o aumento considerável do parque automóvel, exigia-se que as estradas nacionais, tal como as áreas pedonais, estivessem adequadas às necessidades dos cidadãos. Constatava-se ainda um acréscimo significativo do número de automóveis no sentido Vila Verde – Braga e vice-versa, em virtude de necessidades laborais ou educacionais e em resultado da falta de transportes públicos alternativos. Face ao exposto e na continuidade das posições que tinham vindo a ser assumidas por esta Assembleia Municipal ao longo dos últimos anos, no sentido de resolver este problema de estrangulamento rodoviário do concelho, com consequências desastrosas para o desenvolvimento económico da região e para a coesão do território nacional, o Grupo Municipal do PSD solicitava a esta Assembleia que deliberasse em ordem a apelar às entidades competentes e ao Governo, nomeadamente ao ministério das Infraestruturas e da Habitação, assim como à Infraestruturas de Portugal, que se concretizassem rapidamente medidas para a execução do compromisso inscrito no PNI2030, no que tocava à construção da Variante à EN 101, em Vila Verde; avançasse rapidamente com a obra de requalificação da EN 201, e não apenas arranjos pontuais, de forma a garantir a segurança de automobilistas e peões; avançasse rapidamente para a construção de uma passagem desnivelada na Rotunda do Canoísta, na Vila de Prado, por forma a terminar com o suplício das enormes filas de trânsito que se estendiam ao longo da Variante do Cávado e da EN 201. ----------

-----O Presidente da Mesa considerou que era chegada a hora de promover uma outra organização na sindicância desta matéria, pois as tomadas de posição chegavam ao Governo e apenas eram dadas respostas teórico-práticas, ou vice-versa, mas a solução de fundo não avançava. Presumia que o Município tinha a liderança deste processo e sustentou que era chegada a hora de o mesmo órgão autárquico coordenar trabalhos muito específicos e concretos sobre este tema, uma vez que, não existindo organização naquela sindicância, as respostas iam ser sempre as mesmas. Reconhecia que o processo tinha sido liderado com afinco pelo Executivo Municipal e solicitou uma breve palavra da Presidente da Câmara acerca do mesmo. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal esclareceu que haviam tido várias reuniões com a Infraestruturas de Portugal, numa das quais, muito recentemente, tinham voltado a ser colocadas em cima da mesa todas estas questões que haviam sido discutidas no Plenário, nomeadamente a EN 101, a ligação entre a Vila de Prado e o Parque Industrial de Oleiros, sendo a questão do eixo periférico norte-sul que estavam a trabalhar neste momento. Em todas aquelas reuniões, a Edil havia interpelado a Engª Luísa Cordeiro sobre estas questões, nesta última de uma forma muito mais incisiva, porque eram já insuportáveis e poderiam levar a comportamentos mais drásticos as filas de trânsito na

rotunda do Canoísta. A resposta obtida era que o planeamento até dois mil e vinte e seis não contemplava esta requalificação, no entanto, havia um parecer positivo, enviado pela Infraestruturas de Portugal, depois do estudo feito, relativamente à interceção, entre a rotunda do Canoísta e a via que ia ligar a Vila de Prado a Oleiros. A referida responsável da Infraestruturas de Portugal considerava que esta intervenção resolvia o problema, mas, criando uma rotunda alongada que, na perspetiva da mesma Edil, nada resolvia, podendo até originar ali mais alguma entropia. Mais referiu que haviam insistido na necessidade de construir uma passagem de nível e afiançou que o Município ia avançar com a ligação ao Parque Industrial de Oleiros, com ou sem financiamento, embora fosse muito melhor que o financiamento existisse. Neste momento, a Infraestruturas de Portugal dizia-lhes para avançarem para o projeto de execução, o que estava já a acontecer, mas continuava por resolver o assunto, o qual não se prendia com a interceção. Tratava-se antes do número escandaloso e imenso de carros e da fila interminável que ali acontecia todos os dias, sobretudo em hora de ponta. Relativamente à Variante, o gabinete da mesma Edil estava a pedir, com urgência, ao Ministro das Infraestruturas, uma reunião, para o Sr. Ministro dizer à Presidente da Câmara que a obra não estava contemplada, uma vez que a mesma estava no Plano 2030, mas não havia projeto, pelo que pretendia recolher essa informação, para, a partir daí, poderem ter atitudes mais fortes e incisivas ou até musculadas, se necessário, sendo certo que os Vilaverdenses, de uma maneira geral, se associariam às mesmas. ----------

-----Filipe Silva revelou que o PS votaria favoravelmente a moção, mas teriam também que ter em linha de conta que esta questão já tinha vinte e cinco anos, já poderia ter sido resolvida, tendo passado vários governos, do PSD e do PS. Reportou-se à EN 101, considerando que os representantes do PS, na altura, tinham realizado uma viagem a Lisboa, com um conjunto de presidentes de Junta, tendo conseguido sair de lá com a rotunda da Loureira em cima da mesa. Tinha sido possível resolver a questão da segurança na EN 101, uma via que atravessava um conjunto de freguesias, estando agora disponíveis para serem envolvidos neste processo e trabalhar numa solução, inclusive em resultado da ligação privilegiada que tinham com o Governo do PS, tendo todo o interesse em participar e contribuir para que houvesse uma execução daquela obra. Era uma questão de se juntaram e irem ter com o Ministro Pedro Nuno Santos, no sentido de que aquela obra fosse executada, pelo que podiam contar com a bancada do PS naquilo que precisassem. ----------

-----A moção apresentada por Carlos Pedro Castro foi aprovada por unanimidade.

-----Paulo Gomes, do CDS-PP, concordou que a questão da EN 201 e das filas de trânsito era pertinente, mas afigurava-se-lhe também relevante referir a inexistência de marcação temporária de passadeiras no chão, na intervenção que estava a ser feita na mesma via, verificando-se essa situação em sítios nevrálgicos, como junto ao hospital de Vila Verde, próximo de escolas, entre a Cidadela e o Pingo Doce, e até chegar à entrada da sede concelhia, vindo de Gême, assim como não existia alguma sinalização vertical, o que se revelava perigosíssimo. Paulo Gomes mais referiu que queria saber se a Engenheira ia assumir as responsabilidades no caso de existir uma morte. Quis saber se este assunto já tinha sido abordado em algumas reuniões e quando é que aquelas marcações e sinalizações iam ser feitas. ----------

-----Emanuel Machado, do PS, sustentou que a promoção de uma educação interdisciplinar, transversal e integral devia ser o propósito de qualquer município, das

suas e de outras instituições educativas. A qualidade dessa educação dependia de diversas variáveis, entre as quais e talvez a mais importante, a sua interceção com a comunidade local na criação de sinergias que enraizavam o indivíduo ao meio, ou seja, a educação apenas o seria se promovesse a relação entre o indivíduo e o espaço envolvente, competindo ao Município não apenas assegurar as verbas, mas também os recursos essenciais para a preparação dos alunos para as múltiplas exigências da sociedade contemporânea. A complexidade e a acelerada transformação que caraterizavam a sociedade atual conduziam à necessidade do desenvolvimento de múltiplas competências para o exercício de uma cidadania ativa e democrática, razão pela qual qualquer município tinha um papel importantíssimo na construção de práticas à mesma conducentes. Os próprios valores de cidadania encontravam-se consagrados nos princípios-base do sistema educativo. Bastava ver o decreto-Lei número 46/86 de catorze de outubro. Estabelecendo-se o contributo das instituições autárquicas e do sistema educativo, organizado de modo a cooperar no desenvolvimento de práticas educativas que contribuíssem para a realização plena dos alunos, para o desenvolvimento da sua personalidade, atitudes e sentido de cidadania. Os municípios, a par das instituições escolares, estavam incumbidos de preparar os recursos necessários para promover nos alunos uma reflexão consciente sobre os valores cívicos, morais, estéticos e humanos, a partir das aprendizagens culturais, históricas e sociais, no sentido de garantir um desenvolvimento cívico equilibrado. O grupo de trabalho proponente da estratégia nacional de educação para a cidadania era também composto por um membro da Associação Nacional de Municípios, dada a necessidade de enraizar o currículo da disciplina, na realidade local. A mesma integrava um conjunto de competências e conhecimentos, em convergência com o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e com as aprendizagens essenciais. Os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a serem desenvolvidos por todos os alunos estavam enquadrados num processo de autonomia e flexibilidade curricular adaptados ao meio, conforme previsto na Lei, nomeadamente os contextos interculturais que tinham que ser promovidos pelos próprios organismos democráticos e autárquicos. Os primeiros trabalhos tinham sido desenvolvidos e elaborados pelo Ministério da Educação, em colaboração com os organismos e instituições democráticas públicos, com o contributo de diversos parceiros da sociedade civil. Aquele documento assumia-se apenas como um referencial, porquanto não existiam programas prescritos, mas instrumentos que deviam ser trabalhados no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, adaptados em função das conjunturas e das opções a definir em cada contexto, ao nível cultural, social, patrimonial, histórico, comunitário e civilizacional. No âmbito da unidade curricular de Educação para a Cidadania, promulgada pela Direção-Geral de Educação e como forma de dar respostas para o currículo aprovado no Decreto-Lei 55/2018, a autarquia de Vila Verde não se podia demitir desta responsabilidade social, reforçando com propostas uma educação para a cidadania e desenvolvimento. Esperava-se que este município, à semelhança de outros, desenvolvesse o manual prático, no qual fosse possível correlacionar os diferentes conteúdos com o património local, com a história e com a cultura. Era importante uma união de sinergias para proporcionar aos alunos a construção de aprendizagens significativas. Ao mesmo tempo, dever-se-ia comprometer as instituições educativas, particularmente os seus alunos, na mobilização crítica e na resolução de problemas, no exercício de uma cidadania ativa de participação social na

implementação de projetos com dinâmica atualizante, adaptando-os às necessidades atuais. A título de exemplo, Emanuel Machado referenciou o município de Esposende, com o *e-book* mais cidadão, lançado no corrente ano letivo; o município de Barcelos, com o manual Cidadania Barcelos cidade educadora, lançado em dois mil e vinte e um; o município de Famalicão com a plataforma mais cidadania, em dois mil e vinte; o município de Braga, também com a plataforma mais cidadania. Projetou a página trinta do *e-book*, na qual se podia encontrar o desenho de uma atividade que fazia a correlação entre os conteúdos que haviam sido lecionados na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e a defesa do património e salvaguarda da identidade cultural, apresentando a atividade desenvolvida nos seus museus. O município de Vila Verde também poderia apresentar às instituições escolares uma nova oferta. Não se podia esquecer que a escola era um espaço aberto, dinâmico e plural, um contexto primordial para a aprendizagem e para o exercício da cidadania, estando nela também espelhadas as preocupações transversais à sociedade que envolviam distintas dimensões da educação para a cidadania. Este elemento era prioritário no sistema de educação, na medida em que era objetivo de todos formar cidadãos ativos, informados, responsáveis e enraizados no sistema cultural e social de origem, abertos e dialogantes com as outras culturas. Assim, o Município de Vila Verde deveria, em articulação com as escolas do concelho e os diferentes parceiros locais, elaborar uma estratégia municipal para a cidadania e um projeto educativo local, como Braga e Sintra, por exemplo, assim como um plano municipal para a integração dos migrantes, como eram os casos de Braga e Guimarães. Era importante que nestes documentos estivessem contempladas atividades dentro e fora do contexto escolar e a implementação de projetos de e para a comunidade. Quis saber de que estava este município à espera para seguir as orientações emanadas pela Administração Central, para ser um agente ativo e um precursor naquele tipo de estratégia municipal concertada de educação para a cidadania. Não bastava os edis dizerem que já tinham investido isto e aquilo na educação, sendo também necessário perguntar sempre o que mais podiam fazer pela educação. ----------

-----Susana Silva, do PSD, reportando-se à questão formulada por Emanuel Machado, no sentido de saber o que poderia mais ser feito pela educação, sustentou que essa tinha sido uma preocupação constante do Município de Vila Verde. Percebia que o orador do PS conhecesse muito bem o Município de Esposende, porque, conforme o próprio referira, trabalhava diretamente com o mesmo, mas, quando o orador do PS dizia que Vila Verde devia fazer como Braga, Barcelos, Esposende, Sintra ou até outros concelhos aqui vizinhos, a única coisa que lhe ocorria era que Emanuel Machado só podia não conhecer aquilo que era feito no concelho de Vila Verde, em termos de educação, pelas escolas - escola secundária e EPATV - e agrupamentos de escolas, em articulação com o Município, tal como pelas diferentes IPSS e outras instituições. Poderia enumerar várias ações que, ao longo dos últimos vinte ou trinta anos, tinham sido desenvolvidas em Vila Verde, muito melhores do que o *e-book* que havia ali sido apresentado. Não sabia se o objetivo era que Vila Verde tivesse um *e-book* ou que fizesse as atividades, porque, quer no âmbito da Bienal, quer relativamente ao trabalho realizado pelos contratos locais de desenvolvimento social, em Vila Verde, contemplando todas as faixas etárias, quer nos inúmeros programas das escolas, em articulação com o Município, aquela intervenção de Emanuel Machado, tanto para as escolas como para as instituições e para o Município, era, no mínimo, injusta. Na

verdade, tinha sido feito um trabalho enorme e Vila Verde havia sido pioneiro no âmbito da interculturalidade, do empreendedorismo e da gestão da diversidade; as escolas tinham feito um trabalho excecional, pelo que a comparação feita era muito injusta para professores, assistentes operacionais, Município e respetivos técnicos e técnicos das instituições concelhias que, muitas vezes com um enorme esforço pessoal, efetuavam um trabalho excecional e, infelizmente, o mesmo não tinha sido ali reconhecido. Em seu nome pessoal e da bancada do PSD, Susana Silva queria mostrar a satisfação com o trabalho feito pela Biblioteca Municipal, pela Casa do Conhecimento, por todos os agrupamentos de escolas e pela CPCJ de Vila Verde que, frequentemente, em termos nacionais, eram referidas como um exemplo. A mesma oradora apresentou, em nome da bancada do PSD e com o apoio das demais bancadas, bancadas, um voto de pesar pelo falecimento de Manuel de Barros Alves, no qual referiu que o ex-Presidente da Junta de Freguesia de Aboim da Nóbrega, nascido a seis de janeiro de mil novecentos e trinta e seis, se havia tornado, desde muito cedo, uma figura querida e respeitada na freguesia de Aboim da Nóbrega, graças à sua dedicação à causa pública e à sua intensa participação na comunidade local, onde exercera a função de Presidente da Junta de Freguesia, entre mil novecentos e noventa e quatro e dois mil e nove. Assim, reconhecendo o ser percurso cívico e político e tomando o seu legado como um exemplo de participação cívica e de entrega à causa pública, a Assembleia Municipal de Vila Verde aprovava um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel de Barros Alves, apresentando as mais sentidas condolências a todos os seus familiares e amigos enlutados e fazendo um minuto de silêncio. ----------

-----Este voto de pesar foi aprovado por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.----------

-----Emanuel Machado voltou a intervir para considerar que Susana Silva não devia ter estado concentrada a ouvir o que o mesmo havia dito, ou então tinha tentado moldar o discurso ao seu jeito, pois o mesmo não havia colocado em causa os agentes educativos, em nenhum momento, até porque era um agente educativo e sabia muito bem o valor que cada agente educativo, tanto docentes como não docentes, tinha no ensino, muitas vezes desvalorizado pela sociedade, ao mesmo tempo que alertou para o facto de ter proposto ao Município um documento orientador, uma estratégia municipal para a cidadania e desenvolvimento, um plano ou programa municipal local e um programa de suporte aos migrantes, sendo o e-book apenas a consolidação de tudo aquilo, consubstanciando este apenas uma sugestão, pois não tinha que ser executado. Mostrou-se ainda disponível para colaborar na elaboração daqueles documentos essenciais para o ensino, em Vila Verde. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal, reportando-se à intervenção de Paulo Gomes, referiu que já havia, reiteradamente, manifestado aos responsáveis pela obra a sua preocupação e sublinhou que estava completamente de acordo com o teor das palavras do membro da bancada do CDS-PP, porque as passadeiras junto ao Sevilhana, ao hospital e à rotunda do Pingo Doce, não existiam, com a agravante de, próximo do hospital, também não se encontrar a sinalização vertical, apesar de se tratar de um local onde passava um elevado número de pessoas. Nessa altura, frisou mesmo aos responsáveis que queria ver quem se ia responsabilizar se uma tragédia viesse a acontecer e solicitou que, provisoriamente, assinalassem, pelo menos a amarelo, mas os mesmos haviam alegado que, se o fizessem, depois, o branco não pegaria. Ademais, a

chuva frequente também tinha sido um problema, mas a mesma não podia ser impeditiva de, pelo menos, existirem condições de segurança para os peões. Já tinham feito imensas chamadas de atenção e esperava que, muito brevemente, a situação ficasse resolvida, tendo os mesmos assumido o compromisso de, no início da semana, altura em que se previa melhoria de tempo, colocarem essas sinalizações horizontais e verticais. Sobre a intervenção de Emanuel Machado, a mesma Edil, embora reconhecendo a ligação do membro da bancada do PS à temática por si aflorada, sustentou que Vila Verde não recebia lições de ninguém naquela matéria, relevando o trabalho que tinha sido feito com as instituições ali focadas e por muitas outras. Recordou, a título de exemplo, um projeto intitulado "conhece os teus direitos", distribuído a todas as crianças, com sessão de apresentação em cada sala de aula, com oferta de um livro a cada criança, fruto de um trabalho encetado com a CPCJ de Vila Verde e em articulação com todas as instituições. Foi proporcionada, a todas as crianças do concelho, a visita à Casa do Conhecimento, uma infraestrutura de educação formal e informal. Vila Verde fazia parte da Rede Internacional de Cidades Educadoras, da Rede das Cidades Interculturais, era dos poucos municípios que tinham guias de acolhimento dos migrantes e, neste momento, em resultado de uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia, acolhiam trinta e quatro imigrantes ucranianos, na residencial. Aquelas pessoas estavam bem, encontravam-se no mercado de trabalho, tinham os seus filhos nas escolas. Relembrou os museus do Linho e de Arte Sacra, a Casa do Brinquedo e da Brincadeira, o Centro de Dinamização Artesanal e a Aliança Artesanal. Todos estes espaços estavam abertos para as crianças. Fez também referência a programas de educação ambiental, como o Girito, o Escola Mais Verde, um excecional trabalho feito pelas crianças, pelas escolas e pela comunidade em geral, uma vez que envolviam igualmente as associações de pais. Tratava-se de todo um trabalho em que a cidadania, a educação ambiental e a educação para a arte, através da Bienal na Escola, estavam presentes. O Município visitava as escolas todas, fomentando, desde tenra idade, o sentido pela estética, pela arte. Referiu ainda o trabalho de articulação feito com a Academia de Música, com a CPCJ e com todas as instituições, sendo certo que as escolas nunca haviam trabalhado sozinhas, existindo uma parceria extraordinária com as escolas e as instituições, em contexto escolar e não formal, na perspetiva de que todos educam as crianças, para o ambiente, para a cidadania e sobretudo para os valores e para a tradição. Emanuel Machado teria razão no tocante ao facto de tudo aquilo não se encontrar numa *e-book* ou numa forma sistematizada, pelo que poderia ser um bom desafio começarem a pôr tudo no papel, para que outros municípios dissessem que, estando escrito, estava a ser feito; assim, iam fazer com que todas as ações aparecessem numa projeção bonita para que os outros municípios vissem o excelente trabalho que Vila Verde fazia. ----------

-----No ponto 4.1., a Presidente da Câmara Municipal referiu que o documento em apreço englobava a visão que tinham para o desenvolvimento do concelho, no sentido de um concelho mais desenvolvido, mais competitivo, mais inclusivo e mais próximo das pessoas, sem nunca esquecer a questão do rigor e da sustentabilidade orçamental, colocando sempre as famílias Vilaverdenses no centro das suas preocupações. Questões como a água (alargamento e mesmo substituição de rede, destacando-se o Vale do Homem), o saneamento (alargamento da rede e de infraestruturas básicas) e a rede viária eram essenciais para o desenvolvimento. Assim, este orçamento estava

justamente pensado para continuar a lutar pelo alargamento daquelas infraestruturas básicas, requalificação das vias municipais e das vias de trinta e três freguesias e uniões de freguesias. As funções sociais, nomeadamente a educação e o desporto, voltavam a ocupar uma fatia considerável, relevando o valor atribuído à vertente educativa, peso que era agora ainda maior com a transferência de competências. Também a ação social relevava, no apoio às famílias mais vulneráveis, sabendo-se que dois mil e vinte e três não ia ser melhor a este nível. Depois de uma pandemia e no decurso da guerra, estava-se perante uma situação muito instável e as famílias sentiam-no quando iam ao supermercado ou abastecer combustível ou quando se tratava de liquidar a fatura da energia elétrica e constatavam o aumento do preço de tudo. Sublinhou a implementação de uma política fiscal amiga das famílias, a taxa de IMI no mínimo legalmente possível, os tarifários sociais na água e no saneamento; os apoios económicos, os apoios eventuais, agora que haviam assumido as competências também na área da ação social; o acesso à habitação, particularmente a questão da melhoria das condições habitacionais e da autoconstrução e os apoios aos mais jovens para a construção de habitação própria. Referiu que, naquele momento, estavam lançadas obras apoiadas por fundos comunitários que ascendiam a maios de cinco milhões de euros, mormente no âmbito da eficiência energética, nas piscinas da Vila de Prado e no complexo de lazer de Vila Verde, que envolviam um investimento de quase dois milhões e meio de euros, assim como a ampliação do parque empresarial de Gême custava quase um milhão de euros, o mesmo acontecendo com as ecovias que já se encontravam em execução. O Centro Interpretativo de Artesanato, na Vila de Prado, representava um investimento de mais de quatrocentos mil euros. Acresciam obras que estavam na reta final, como a antiga adega, o centro de saúde de Pico de Regalados e os trilhos. Neste momento, todas estas obras tinham como teto trinta de junho de dois mil e vinte e três; todos os investimentos financiados pelo 2020 terminavam em dezembro e, se Portugal não aplicasse os cerca de cinco mil milhões ainda disponíveis, o dinheiro era devolvido, pelo que havia todo o interesse de executar bem e rapidamente e, se fosse necessário ir ao overbooking, estavam preparados. Estavam igualmente preparados para o que aí vinha, designadamente a questão do PRR e o 2030 que já deveria ter iniciado, mas tal ainda não havia acontecido, sendo natural que os avisos começassem a aparecer no próximo ano. O que aí vinha incidia sobre matérias necessárias e essenciais: o ciclo da água. Estava já preparada uma série de projetos, razão pela qual, no documento em análise, por exemplo, apareciam em aberto redes de água em determinadas freguesias, com verbas reduzidas, para que, quando surgisse a candidatura, se tornasse possível apresentá-la, esperando que não fossem apenas contemplados os sistemas supra municipais, mas também sistemas como o de Vila Verde. Destacou ainda a questão das alterações climáticas que requeria a maior atenção, tornando-se importante obter o máximo de financiamento possível, por exemplo, em matéria de saneamento, assim como priorizar a proteção dos recursos de água e do ambiente em geral. Frisou a relevância da recolha dos resíduos sólidos urbanos, a transição digital e, no programa operacional, os investimentos educação, desporto, equipamentos de saúde e sociais. Era verdade que o PRR tinha aberto muito para a parte social, proporcionando, e bem, oportunidades às IPSS. Ainda não sabiam, tanto na CCDR como nos municípios, o montante do seu programa operacional. O 2020 havia sido de cerca de cinquenta e dois milhões de euros, dizia-se que este ia ser semelhante ou um pouco mais. Referiu que

três escolas precisavam de ser intervencionadas, a Escola Monsenhor Elísio Araújo, a da Ribeira do Neiva e a de Moure, assim como o pavilhão gimnodesportivo deste último estabelecimento de ensino. O Município tinha, reiteradamente, pedido, nomeadamente na CCDR, que estes edifícios, recebidos da Administração Central a um de abril, sem qualquer tipo de intervenção, pudessem ser financiados no âmbito de alguma medida encontrada pelo Governo, porquanto este havia procedido à sua entrega em estado de degradação. Recordou que também havia sido o Município, através do seu Programa Operacional, a requalificar as escolas de Vila Verde e da Vila de Prado. Neste momento, estavam a bater o pé à pretensão de que o mesmo voltasse a suceder no que concernia àquelas três escolas a necessitar de requalificação, afigurando-se extremamente injusto e até imoral obrigar a que o bolo previsto para a água, o saneamento, os equipamentos desportivos e a ação social fosse dividido para também contemplar as intervenções nas escolas degradadas pelo uso ao longo dos seus quase trinta anos de existência. Agradeceu o apoio de todos relativamente às diligências a encetar para que a construção da variante à sede concelhia pudesse vir a ser uma realidade, porquanto se tratava de uma matéria que os devia unir, mas duas outras grandes obras estratégicas eram a ligação da Vila de Prado ao parque industrial de Oleiros e o antes referido eixo periférico, estando já a avançar os respetivos projetos de execução. A Presidente da Câmara enumerou também as iniciativas de proteção e promoção dos patrimónios natural, material e imaterial, os vários eventos culturais para atração de novos públicos, novos residentes e novos turistas. Vila Verde era um concelho extraordinário a diversos níveis: gastronomia, paisagem, rios e gentes. Salientou a aposta nas parcerias com as juntas de freguesia, com as instituições e associações e o apoio que podia dar para que estes projetos fossem desenvolvidos, assim como com as empresas e os empresários, que eram sempre uma riqueza para o território, criando emprego e fixando a população. Propunha-se ainda apostar numa administração mais eficaz, célere e próxima das pessoas, prestando serviços que facilitassem a vida a todos, *online* e de forma descentralizada. O Município estava preparado para novas oportunidades e novos desafios, estando as rubricas abertas para os investimentos prioritários ao nível da água, saneamento, rede viária, eficiência energética, sendo que, este edifício-sede (os Paços do Concelho), anteriormente, gastava cerca de mil e quinhentos euros por mês, em energia, e, atualmente, o custo mensal da mesma rondava os quatro mil euros. Era possível e previsível que tivessem que tomar medidas relativamente à iluminação pública, a exemplo do que estava já a acontecer em outros municípios, tal como no tocante à transição digital, tendo em vista reduzir o impacto das alterações climáticas no território. No Verão, emergiu o problema da falta de água, agora, a mesma era excessiva, causando danos. Assim, o documento espalhava rigor e ambição, ascendendo a quarenta e quatro milhões e meio de euros de receita e despesa previstas, emergindo a permanente preocupação de colocar as pessoas no centro da atividade municipal e tornar o concelho num lugar onde todos gostassem de viver. ----------O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães referiu que, no dia em que celebravam o Vinte e Cinco de Novembro, uma data importante para os democratas, custava-lhe perceber que um orçamento, hoje, fosse feito sem uma verdadeira participação das pessoas. Cidadania, de que tanto ali se falara, era garantir que, na democracia, os órgãos eleitos permitissem aos eleitores que participassem nas decisões que afetavam a sua vida. Perguntou quantos Vilaverdenses haviam tido a oportunidade de serem ouvidos

sobre aquele orçamento e respondeu nenhum. Se lhe era difícil aceitar a falta de participação das instituições e dos particulares, era para si, enquanto autarca, inaceitável que os presidentes de junta, com quem se dizia que se trabalhava em rede e se era próximo, não tivessem o direito de uma audição formal quanto às decisões do orçamento. Tinha dificuldade em perceber como se pretendia intervir no território e não se convergia nem se falava, formalmente, com os presidentes de Junta, aquando da elaboração do orçamento. Assim, recomendou que, nos próximos anos, fosse corrigida e reparada aquela falha. Saudou o Executivo pelas opções que fazia em termos de investimento na melhoria da rede de captação de água, para evitar os constrangimentos e dissabores sentidos nos últimos verões que em nada enobreciam a vida do concelho. O seu desencanto residia no facto de, lido o orçamento na qualidade de autarca de uma freguesia em que quase tudo faltava, com uma rede viária envelhecida, algumas artérias do tempo do Presidente António Cerqueira, com reajustes na presidência de José Manuel Fernandes e, desde então, abandonada, ainda com muitos caminhos em terra batida, assim iria continuar, ao contrário do município limítrofe de Barcelos que estava a fazer um forte investimento para acabar com caminhos desse jaez. Os autarcas sabiam bem o que estavam a viver neste Inverno, pelas condições de indignidade geradas para as pessoas que nos caminhos tinham que passar para aceder às suas casas como único caminho de acesso. Nos caminhos da Cancela, da Fonte Fria, no Carão e no Margioso, em Atiães, passava-se apenas de trator, o que era grave. Dirigiu-se ao Deputado Carlos Pedro, que tinha vindo clamar pelo que o Governo podia fazer, e muito bem, pois até tinha votado a sua moção favoravelmente, para convir que "não devemos fazer aos outros aquilo que não queremos que nos façam", sendo que o Município exigia muito, e bem, mas, na parte que lhe competia, como tratar dos caminhos municipais, não tinha o mesmo ímpeto. Deviam ter esse ímpeto; exigindo ao Estado no que faltava fazer e que do mesmo dependia, mas fazer também o que dependia de si, município, coisa que não estava a acontecer e, por isso, este facto deveria preocupar esta Assembleia, de igual modo. Setenta por cento das estradas não eram acompanhadas de competentes estruturas de tratamento de águas pluviais, facto que tinha sido amplamente comunicado à Sra. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador responsável por aquela área, mas que não tinha obtido a necessária resposta. Aduziu que era muito desagradável que as casas das famílias de Atiães fossem recetoras de águas pluviais durante o Inverno e que tinha vídeos e várias queixas que havia feito chegar ao Sr. Vereador. Frisou o caso mais emergente, da rua da Escola, que era, neste momento, intransitável, devido a essa água e onde um habitante, o Sr. Miranda, durante o Inverno, não conseguia abrir o portão, pois essa era a única forma de contar os enxurros. Aludiu ainda ao défice enorme de infraestruturas e de espaços sociais, não existindo em Atiães nenhuma praça nem qualquer equipamento onde pudesse acolher atividade comunitária da freguesia. A título de exemplo, referiu que ia realizar-se o magusto da freguesia, mas, por falta de instalações para o efeito, ia ter que organizar o evento com umas folhas de zinco e uns paus que cortaram, em resultado de oferta de beneméritos. Debatiam-se também com o problema do saneamento. Quando ouvia, em tom de elogio, o empenho, que felicitava, do Município no reforço da rede de saneamento, recordava também que, na zona sul do concelho, a mesma atingia já níveis de sessenta por cento, o que era louvável, no entanto, em contraste, em Atiães, freguesia igualmente da zona sul, não chegava a um por cento. Mais grave ainda e motivo de vergonha era essa percentagem ser preenchida

por duas casas: uma era a sede da sociedade Engimov, a outra era a residência do antigo Presidente de Junta, eleito pelo PSD, o que não estava bem. Preocupava-o o facto de a Sra. Presidente da Câmara, em contramão com a realidade, dizer que tinha um orçamento mais justo, inclusivo e equitativo. Quando olhava para o investimento municipal, não apenas este orçamento, mas o dos últimos quinze anos, ou mesmo apenas os dos quatro anos precedentes, via um orçamento generoso e até fausto para alguns, que eram sempre os mesmos, essencialmente as freguesias da zona sul e as zonas urbanas. A título de exemplo, referiu que olhara para uma freguesia que aparecia sessenta e quatro vezes identificada, enquanto Atiães aparecia só seis ou cinco vezes, três das quais porque uma via tinha o nome de Atiães. Quando via aquele fausto, em freguesias onde havia mais água, mais saneamento, mais centros interpretativos, mais dinheiro para a aquisição de bens, de imóveis, para investimentos na requalificação urbana, para arruamentos, jardins e espaços públicos e nada via para Atiães, questionava onde estava a justiça e a distribuição equitativa do dinheiro. Dava-lhe a entender que, na família política e autárquica de Vila Verde, tinham uma espécie de filhos de Deus, filhos de um Deus menor e depois um filho ilegítimo. Na mesa do orçamento, meia dúzia apreciava caviar, a maioria regressava aos tempos das histórias da fome, compartilhando a sardinha, e um ficava à porta e nunca comia. Havia mais motivos de revolta e de indignidade quando olhava para aquele orçamento. Compreendia que os municípios viviam com recursos limitados e o Município de Vila Verde, de facto, vivia com recursos muito limitados, mas isso não limitava este concelho de gastar faustosamente e sem olhar a meios em festas. O Município, no somatório de todas as festas, gastava quase tanto como gastava nas transferências de competências para os presidentes de Junta, na sua globalidade. Era um milhão e tal para festas e um milhão e meio de euros para as transferências de competências, o que também dizia muito sobre as opções que faziam. Os autarcas, na política, eram as opções que tomavam. Gastava-se mais na Gala Namorar Portugal, num ano, do que, nos últimos quinze anos, em Atiães. O Executivo autoproclamara, na imprensa, o orçamento como mais social e mais investidor, mas, quando espremiam os números, olhavam para as opções políticas e não para as palavras, o orçamento sussurrava ao Edil de Atiães que era mais uma espécie de vira o disco e toca o mesmo, ou seja, nada lhes tocava, que era o que tinham recebido nos últimos quinze anos. Esta situação levava-o a perguntar se, para além do ponto de vista administrativo, também pertenciam ao concelho, se também tinham direito a sentar-se à mesa do orçamento, esperando que a Sra. Presidente da Câmara lhe dissesse que havia mais vida para além do orçamento e que até tinha compromissos consigo, no sentido de fazer outros investimentos que não estavam ali contemplados, embora não o tivesse sentido durante este ano, sendo que a única coisa que recebera, a muito custo, haviam sido um dia de auxílio de uma máquina para desentupir uma fossa, sete ou oito aduelas para uma fossa e dois caixotes do lixo, o que era muito pouco para uma autarquia. Deixou ainda uma nota de esperança sustentada numa comunicação, através de vídeo promocional, de campanha, da Sra. Presidente, segundo a qual tinha a preocupação de se colocar no lugar dos outros. Pedia que a Edil se colocasse no lugar das pessoas de Atiães e concluiu referindo que esta sua posição configurava um voto contra, neste ponto. ----------

-----Ricardo Cerqueira considerou que este dia, em que viam orçamentadas as suas preocupações, era especialmente importante. Este orçamento, conforme referira o

autarca de Atiães, havia sido apresentado como mais social e mais investidor. Em virtude da transferência de competências, teria que ser o mais investidor. Lendo os documentos, percebia-se que, de facto, felizmente, eram notórias as preocupações sociais, mas, quando se ia esmiuçar os números, percebia-se que nem sempre as mesmas tinham cabimento orçamental. Num momento em que, também a nível nacional, se discutia o orçamento e em que a inflação deixava todos os Vilaverdenses com dificuldades, em que uma simples ida ao supermercado se tornava cada vez mais penosa para tantos Vilaverdenses, este orçamento tinha a obrigação de lhes dar algumas respostas. Os impostos cobrados, tanto a nível central como local, tinham de cumprir a função redistributiva. Em Vila Verde, havia sido aprovada, em sede de Assembleia Municipal, a isenção de IMT para jovens, o que era uma medida interessante para fixar e atrair juventude para o concelho, mas era necessário verificar se, ficando com menor disponibilidade orçamental, seria impeditivo avançar para investimentos tão urgentes como o que se prendia com a habitação. Portugal tinha uma média de habitação pública muito inferior à da União Europeia e Vila Verde tinha uma média de habitação pública muito inferior à média nacional. Era preciso investimento urgente em habitação, porquanto esse direito constitucional não estava, de facto, garantido, também em vila Verde. Esperava que as presentes rubricas orçamentais pudessem ainda ser preenchidas com verbas que viessem do PRR ou da União Europeia. Quando se constatava rubricas preenchidas com apenas quinhentos euros, percebia-se que tal verba não chegava para nada. O Bloco de Esquerda gostaria de ter proposto essas medidas na discussão do orçamento, assim como que o apoio aos jovens chegasse por mais vias, nomeadamente na gratuitidade das creches, redução dos valores pagos pelos pais nas atividades de apoio à família na educação pré-escolar e no primeiro ciclo. Recordou e retomou a moção que apresentara para atribuição automática da tarifa social da água, na altura rejeitada com trinta e cinco votos contra. Revelou que o Vereador tinha respondido à pergunta por si formulada no sentido de saber quantos agregados familiares, em Vila Verde, estavam a usufruir dessa mesma tarifa, prevendo o orador do BE que houvesse uma diferença substancial para os quatro mil e quatrocentos agregados que usufruíam da tarifa social energética, segundo dados de junho ou julho passado, mas havia ficado surpreendido pela quantidade desse diferencial, que nunca pensava que pudesse ser tão gritantemente alarmante. Os quatro mil e quatrocentos agregados que usufruíam da tarifa social energética mostravam um pouco a realidade de um concelho com muita gente que passava dificuldades. Estava-se num país em que o valor do trabalho, infelizmente, se tinha vindo a perder e sabia-se que os valores médios dos salários, em Vila Verde, estavam abaixo da média nacional. À tarifa social de água, que tinha um peso burocrático muito grande, sé acediam, naquele momento, vinte e oito agregados, valor difícil de ser compreendido pelos Vilaverdenses. Embora o peso de uma conta de água fosse diferente do da eletricidade e também fosse verdade que o preço da água, em Vila Verde, não era dos mais caros da região nem do país, revelava-se alarmante a dificuldade das pessoas em acederem a algo que, daquela forma, de social pouco tinha, esperando que o Executivo tivesse capacidade para, conforme referira a Presidente da Câmara, tornar os serviços mais amigos dos munícipes, diminuindo a burocracia para o acesso à tarifa social da água. Relativamente às aludidas alterações climáticas, por vezes, ficava com a ideia de que talvez se pudesse estar mais atento ou ouvir alguns jovens que se iam levantando de forma mais enérgica sobre este tema, parecendo-lhe

que ali, orçamentalmente, se tinha confundido aquilo que eram investimentos importantes e permitiam o usufruto do ambiente que, de facto, em Vila Verde, era muito rico, com a necessidade de prevenir alterações climáticas, situação que não estava prevista no documento. Ecovias eram, seguramente, investimentos para o usufruto ambiental, mas não avultavam nos passos necessários para o combate às alterações climáticas. Sendo muito importantes todos os passos educacionais que tinham que dar para mitigar as alterações climáticas, era preciso passar de beneméritas ações individuais para ações coletivas que pusessem aquele ponto na ordem do dia, o que não acontecia no orçamento. Todos sentiam o excesso de trânsito, podia-se ir aumentando as vias, mas se se fosse sempre apoiando o transporte individual, por mais vias que se tivesse, as mesmas nunca chegariam. Era preciso investimento em transportes públicos, não havendo nas tarifas dos mesmos algo que fosse compensador e levasse a que as pessoas deixassem o carro em casa ou em local que permitisse o acesso aos transportes públicos, pois era assim que se fazia, não apenas o combate ao desgaste provocado, no dia-a-dia, pelo excesso de tráfego, mas sobretudo às alterações climáticas que estavam a dar cabo do futuro das gerações mais novas. Gostaria de ter proposto ao Executivo tudo aquilo e muito mais, mas faltara o direito de oposição, constitucionalmente previsto e regulado pelo artigo quinto, alínea três, da Lei número 24/98 de vinte e seis de maio. Já na ata do ano passado constava este incumprimento que se mantivera este ano, tendo faltado a consulta prévia dos partidos da oposição e, consequentemente, o respeito pela democracia, pela participação do BE e do orador, enquanto Deputado Municipal, assim como e principalmente faltara o respeito por toda a Assembleia Municipal e por todos os Vilaverdenses. Por todo o investimento que fazia falta, pela falta de diálogo que construíra este orçamento, o Bloco de Esquerda ia votar contra. ----------

-----Filipe Silva começou por agradecer à bancada do PS o trabalho de análise de um documento bastante complexo, sendo que, para o vereador socialista, o prazo em que recebia o documento e a capacidade de análise de dois ou três dias não serviam para ter uma conclusão sobre o mesmo, razão pela qual decidiram contribuir para estarem todos mais informados, dentro daquilo que era o papel desta Assembleia e para o processo de decisão relativo ao plano e orçamento para o próximo ano, naquele que era o momento mais importante da atividade da mesma. Aduziu que tinham preferido dar este contributo antes de o documento estar aprovado. Falavam de um valor de quarenta e quatro e meio milhões de euros, um dos maiores orçamentos da zona Cávado, a seguir ao eixo metropolitano: Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão. Aquilo que iam hoje discutir era apenas cinquenta e sete por cento do orçamento, vinte e seis milhões de euros, porque dezanove milhões de euros eram gastos fixos. A receita era pensada e planeada de uma forma otimista, prevendo o mesmo nível e o mesmo recebimento, no tocante aos impostos diretos, que em anos anteriores, o que, em face das expectativas e tendências, não se iria revelar exequível. Verificava-se um aumento de setenta e quatro por cento em coimas e penalidades, esperando que fosse verdade e que, de uma vez por todas, o Município tivesse ações fiscalizadoras no terreno, reportando-se concretamente à questão do lixo. Sobre taxas relativas a infraestruturas urbanísticas, previa-se um aumento de quarenta por cento, esperando igualmente que fosse verdade e que a construção continuasse com a mesma dinâmica, embora, independentemente daquilo que se estava a passar - a guerra e a pandemia -, os ciclos tinham um fim e depois voltavam novamente. A despesa também era pensada de uma forma otimista, não

estando contemplados o aumento das taxas de juros e a pressão do mesmo nas operações financeiras, nem o aumento do custo das empreitadas, daí decorrendo a necessidade de se ser mais exato naquilo que se pretendia fazer e que era prioritário para o concelho. Também não contemplava o aumento dos custos dos combustíveis, da energia e de outros, direta ou indiretamente. Era importante o casamento entre a receita e a despesa, sob pena de emergir a necessidade de contrair mais dívida, para alcançar o mesmo nível de investimento. Conforme a Presidente da Câmara afirmara, existia uma forte preponderância da educação, já com o efeito da assunção das novas competências. A Câmara previa gastar quatro milhões e setecentos mil euros em educação, no ensino básico e pré-escolar, transportes e refeições, mas previa uma receita de cinco milhões e quinhentos mil euros, o que contradizia a dita insuficiência do envelope financeiro estatal face às necessidades. Deveria existir um orçamento que respeitasse mais os presidentes de Junta, pois a sua experiência autárquica permitia-lhe compreender a dificuldade que era assumir as competências, ter que enfrentar os problemas e corresponder às solicitações das pessoas, sem terem forma de os resolver. Era importante que as autarquias locais tivessem meios, porque sabiam resolver os problemas de uma forma mais eficaz e eficiente e com menores custos do que a Câmara. Por isso, tinha-se muito a ganhar em não delegar apenas competências que já vinham viciadas, sem verba associada, que representavam trabalho, mas não traziam qualquer verba acumulada. A agricultura era o parente pobre, tal como o turismo, mas davam um voto de louvor à Câmara relativamente à preponderância do ensino, do ordenamento do território, do saneamento e do abastecimento de água. Para as funções sociais, ensino não superior, estava destinado um ponto quatro milhões de euros, considerando os dinheiros que iam ser transferidos para a câmara Municipal. Reportando-se a um serviço também muitas vezes assumido pelas juntas de freguesia, referiu que não havia nenhum custo que compensasse o trabalho dos presidentes de junta e de todas as equipas no sentido de assegurar os serviços auxiliares de ensino; falando-se, ali, de três ponto três milhões de euros. Não existiam projetos concretos para a mobilidade sustentável, mas sim um conjunto de ideias. Destacou estudos, projetos e consultadoria no valor de quinhentos e setenta e cinco mil euros; expansão do parque urbano de Vila Verde que era importante, mas não existiam apenas parques em Vila Verde; a ecovia do rio Cávado Mirante - Faial, que era relevante no que tocava à atratividade turística do território e no acesso das pessoas a zonas de lazer. Na indústria e energia, celebravam a intenção da eficiência, estando contemplados um ponto seis milhões de euros para a eficiência energética e ampliação da área de acolhimento empresarial de Gême; estudo, projetos e consultadoria, neste mesmo objetivo, com cinquenta mil euros. Constava também o complexo de lazer da Vila de Prado. O único retorno que iam ter deste investimento era ambiental, pois estava-se sem receita por um período ainda incerto. A eficiência energética era muito mais do que aquilo e não começara apenas agora, já tinha iniciado há muitos anos. Havia falta de planeamento do desenvolvimento. Hoje, culpava-se o Governo porque não de tinha uma via de acesso, mas, há vinte e cinco anos, no momento em que se definira as áreas urbanizáveis e onde queriam que as pessoas se instalassem, tinham que ter primeiro planificado as vias de comunicação. Tinham-no feito ao contrário, permitindo que as pessoas se instalassem, se construíssem casas, para depois constatar o que era óbvio, que não iam ter vias de comunicação. Assim, tinha que haver um forte trabalho de planificação daquilo que se pretendia para

o futuro. A ampliação das áreas industriais também se revelava problemática, porque os acessos iam continuar a ser os mesmos, estando-se a investir à frente daquilo que devia ser uma planificação anterior. Sobre os transportes rodoviários, sabiam que todo o dinheiro que ali se encontrava era pouco para as necessidades que todos sentiam, relativamente às vias de comunicação. Corroboravam e felicitavam a intenção do Município, no entanto percebiam que era pouco em face da falta de investimento nos últimos dez anos. Hoje, ia-se devagar, tentando corrigir a situação e melhorando as vias, mas eram dois ponto oito milhões de euros, em dois mil e vinte e três, dezoito ponto quatro milhões entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e sete. Saudavam a ligação entre a EN 201, na Vila de Prado, e a EN 540, em Cabanelas, que representava uma real melhoria dos acessos no território concelhio. No atinente a transferências entre administrações, falava-se do dinheiro disponibilizado para as juntas de freguesia, concretamente, um milhão e meio de euros, no ano de dois mil e vinte e três. Este montante era pouco, sobretudo se se falasse que representava um aumento de vinte e oito por cento, o qual era uma ilusão, porquanto abrangia apenas a transferência de competências, sendo que, no âmbito da delegação de competências, se verificava uma redução de dez por cento. As freguesias não tinham mais nenhuma verba, mas era importante que existisse, sendo que associações e instituições havia, no concelho, que recebiam mais dinheiro do que as juntas de freguesia. Se as juntas de freguesia eram os parceiros primordiais da Câmara Municipal na ligação do território, era também necessário que, nos números, se privilegiasse aquela autonomia e confiasse nos presidentes de junta para que, no mesmo, executassem e resolvessem com rapidez aquilo que tinha que ser feito. Não podiam delegar-lhes apenas aquilo que não queriam, havia que delegar também o que era importante no âmbito da proximidade com os cidadãos. No tocante à recolha de resíduos sólidos urbanos, reportando-se ao contrato com a Rede Ambiente, salientou o peso que o mesmo tinha no orçamento, razão pela qual, no futuro, se tinha que olhar bem para o contrato e para que o mesmo, independentemente do dinheiro que representava, pudesse responder às necessidades dos cidadãos, em quantidade e em qualidade, tendo em conta a especificidade do território. Os cidadãos pagavam todos o mesmo, mas o serviço era distinto, de acordo com os territórios, assim, havia um trabalho que tinha que ser feito no sentido de se unificar e prestar um serviço igual para todos. Para a cultura, estavam destinados novecentos e noventa mil euros, para dois mil e vinte e três, e, até dois mil e vinte e sete, estavam previstos cinco milhões e cem mil euros. Para a identidade cultural do Minho, basicamente, pouca verba estava disponível, com preponderância para o Museu do Vinho, e constava também a verba de cento e vinte e cinco mil euros destinada a subsídios às associações culturais e recreativas, no ano de dois mil e vinte e três. Três eventos representavam setenta e cinco por cento do orçamento da cultura. Era difícil chamar-lhes cultura, pelo que lhes chamava eventos, mas recomendava que, no futuro, a Câmara dividisse aquilo que, efetivamente, era cultura daquilo que eram eventos, pois constituíam coisas completamente distintas. Referiu que o PS não era contra as festas ou os eventos e que, se estivessem na posição da Presidente da Câmara, não iriam deixar cair o Namorar Portugal, a marca Namorar Portugal, mas eram contra os números que aquilo representava, inclusive, comparando com as verbas disponíveis para as juntas de freguesia. Aqueles três eventos eram eixos estratégicos e prioritários na promoção do concelho: o Sto. António, com duzentos e quatro mil euros; o Namorar Portugal com

centro e quarenta e três mil euros, consubstanciando um evento que custava cem mil euros, com a presença, num dia, de trezentas pessoas, pouco representando para os Vilaverdenses, aceitando mais as verbas gastas com o Sto. António ou com a Rota das Colheitas, porque tinham mais a ver com o território concelhio, com a sua identidade rural, com a base económica ligada à agricultura. Consideravam que era possível realizar aquelas festas e eventos com menor orçamento. No desporto, recreio e lazer, saudou a Câmara pelo reforço da verba destinada ao apoio às atividades desportivas - trezentos e setenta mil euros -; referiu que depositavam o desenvolvimento do desporto nas associações, que tinham tido, e bem, um papel preponderante. Tudo aquilo que era subsidiação e, em nome da justiça e da equidade, havia que fiscalizar mais os protocolos assinados, porque, para aqueles que cumpriam, muitas vezes o dinheiro era pouco, mas, para aqueles que não cumpriam, era muito. Para a ação social, no ano de dois mil e vinte e três, estavam disponíveis setecentos e sessenta e três mil euros, sendo que o apoio às instituições orçava em quinhentos e sessenta e um mil euros. Na habitação, para dois mil e vinte e três, estavam destinados sessenta e seis mil euros, havia a clara intenção, mas a verba não dava para fazer grande coisa. Percebiam que muitas daquelas rubricas estavam abertas para depois, através das possibilidades de financiamento emergentes, por exemplo, no âmbito do PRR, se conseguir responder às necessidades do território. Na administração geral, o destaque ia para a empreitada campus do saber, com um milhão e setecentos mil euros, entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e sete, tendo considerado que deveria haver uma maior preponderância nos processos de digitalização em matéria de relação da Câmara com os cidadãos, no sentido de serem eliminadas barreiras e de os serviços estarem disponíveis de outra forma. Referiu que ia falar do turismo e da agricultura, pois existiam dois eventos primordiais, a Rota das Colheitas e o Namorar Portugal, um com forte ligação à agricultura e à pecuária e o outro ao turismo. Se o evento principal era a Rota das Colheitas, tinham que apostar nos agricultores. Não podiam ter na Rota das Colheitas o maior evento e apenas investir oitenta e dois mil euros na atividade económica agrícola, com um forte pendor de intervenção florestal e, no turismo, saudavam todas as intervenções, mas achavam que era muito pouco, comparando o investimento que era feito na promoção e aquilo que, depois, se aproveitava. Para a proteção do ambiente e conservação da natureza estavam previstos quinhentos e oito mil euros, uma verba que representava muito pouco, mas saudavam o investimento no recurso água. O destaque ia para a casa mortuária de Vila Verde, com trezentos e cinquenta mil euros, e para a construção do cemitério, também de Vila Verde, com quatrocentos mil euros. Relembrou que, nos últimos anos, os presidentes de Junta haviam construído as casas mortuárias com o apoio da Câmara Municipal de unicamente trinta mil euros, pelo que deveria, nesse âmbito, haver maior equidade. ----------

-----Susana Silva sustentou que, pelos números que apresentava, o documento estava aprovado e era por isso que a bancada do PSD se identificava com as opções formuladas, as quais passavam por valorizar uma estratégia de desenvolvimento sem comprometer o equilíbrio orçamental. Podia-se sempre dizer que era necessário gastar mais dinheiro e haver mais investimento nas diferentes rubricas e, depois, afirmar que o Município era inconsequente, porquanto ia gastar sem ter onde o ir buscar. Era ousado naquilo que propunha, tendo já sido admitido que era um dos maiores orçamentos da região, mas sem comprometer o equilíbrio das contas. O documento era dinâmico;

alguns valores, conforme já se dissera, eram claramente inferiores às necessidades, mas revelavam-se fundamentais para poder fazer face às tão desejadas oportunidades. Afigurava-se prioritária e estratégica a aposta nas pessoas, na melhoria contínua das suas condições de vida, sem esquecer os desafios da atualidade. Gostava de ser tão otimista, dizendo que aquele ciclo ia terminar, mas, talvez, desta feita, com um pendor mais pessimista, considerava que determinados problemas eram exigentes, nomeadamente os desafios da desertificação, o envelhecimento da população, as questões económicas resultantes da guerra da Ucrânia, a forte tendência inflacionista, os desafios energéticos e climáticos e a premente necessidade de mudar comportamentos e de implementar medidas para fazer face a esta conjuntura. O documento assentava numa estratégica macro e pensava nas pessoas e no seu futuro para os próximos quatro anos. Relevou a capacitação das pessoas, de forma a mitigar as possíveis fragilidades sociais. Na educação, era apresentado um conjunto de atividades destinadas às diferentes faixas etárias e independentemente da condição social das pessoas, para as preparar para os desafios atuais e futuros. Num tempo em que as famílias enfrentavam dificuldades, sublinhou os esforços no âmbito da ação social educativa, assim como toda a intervenção na ação social, apostando na dignidade humana, no bem-estar pessoal e na plena integração de todos. Destacou também a descentralização de competências e a afirmação do ensino superior no concelho de Vila Verde, a Escola Superior de Gastronomia, a atualização da Carta Educativa, o orçamento participativo nas escolas, as diferentes bolsas de estudo e o apoio às instituições de referência, como a EPATV, a Academia de Música e, bem, assim, os transportes gratuitos. Existia um forte investimento na ação social e sublinhava com especial agrado as medidas de melhoria das condições de vida dos cidadãos, famílias, grupos e comunidades, em situações de maior vulnerabilidade social, através também de medidas de apoio à habitação, na saúde, no emprego, no apoio à natalidade e à emergência social. No tocante aos serviços coletivos de ordenamento do território, estava-se perante uma temática central para a elevação da qualidade de vida e atração e fixação da população, relevando ainda o sempre necessário investimento no saneamento básico, com a ampliação e alargamento da rede, o reforço da captação, tratamento e distribuição da água, a edificação das infraestruturas e a sensibilização da população para o uso adequado deste bem. Registou o reforço do incentivo das ligações às redes públicas e da proteção e preservação do ambiente e da natureza, com a contínua limpeza e vigilância das florestas, a limpeza e a requalificação das praias fluviais, a aposta na compostagem coletiva e na eficiência energética da iluminação pública. Na saúde, frisou a requalificação e ampliação dos espaços concelhios e a manutenção de programas importantes para a saúde de todos os Vilaverdenses. Os cuidados continuados eram uma boa resposta para os mais debilitados, mas também para o prolongamento e melhoria da sua qualidade de vida, merecendo especial atenção os esforços do município em ordem ao alargamento desta resposta. A melhoria das infraestruturas rodoviárias era um outro aspeto central, salientando-se o esforço na qualificação, requalificação e manutenção das vias municipais, na melhoria do acesso para pessoas com mobilidade reduzida, assim como da sinalização e segurança rodoviárias. Ainda havia muito a fazer, mas não podiam desvalorizar aquilo que ia sendo feito, estando solidários com as angústias e preocupações de todos os presidentes de Junta, a este nível. Reiterou o apelo a que o Município fizesse todos os esforços no sentido da construção da variante à EN 101, os

quais eram bem-vindos para todos. A política fiscal do Município continuava a ser amiga das famílias, das empresas e das instituições, garantindo a necessária sustentabilidade financeira, continuando a taxa de IMI no nível mais baixo e mantendo-se a isenção nas taxas urbanísticas para jovens, empreendimentos turísticos, agropecuários, florestais, a isenção de derrama a pequenas e novas empresas. Fez ainda referência à elaboração do Plano Diretor Agrícola, à implementação do cadastro das propriedades rústicas e ao apoio à implementação empresarial. Estas medidas iam contribuir para o desenvolvimento e para a atratividade do concelho, para a promoção da identidade e do património cultural e para o fomento da economia. O investimento feio nos eventos, consubstanciando uma estratégia de promoção da atratividade do turismo, conforme referia a Organização Mundial do Turismo e era comprovado por vários estudos, concorrendo também para a diminuição da possível sazonalidade dos territórios, para a dinamização da economia, para a fixação das pessoas, criando emprego, e para o desenvolvimento de medidas de empreendedorismo, bastando consultar as orientações daquela organização para o constatar. Relevou o sentido de oportunidade, de criatividade e de imaginação, aliado ao melhor investimento dos fundos comunitários, àquilo que esperavam que viesse a existir do Plano de Recuperação e Resiliência, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento do concelho. Reconheceu a disponibilidade da Presidente de Câmara para falar com toda a gente para ouvir e perguntar a opinião das pessoas, tenho sublinhado o seu esforço em ordem à realização de um trabalho de parceria com as juntas de freguesia, as associações, agrupamentos de escolas e IPSS do concelho. Era uma estratégia de proximidade com a população, sendo que, em conjunto, faziam mais e melhor. Susana Silva mais referiu que acreditavam nas pessoas, no trabalho para as pessoas, sendo que este era um orçamento centrado nas mesmas, numa política de proximidade com os Vilaverdenses e que isso poderia contribuir para um futuro melhor, motivos pelos quais iam votar favoravelmente os documentos em análise. ----------

-----A Presidente da Câmara Municipal, reportando-se à intervenção de Samuel Estrada, referiu que trabalhavam sempre em conjunto com as freguesias, conhecia as necessidades das mesmas e os presidentes de Junta sabiam que falava sempre com eles e, quando não atendia na hora, devolvia a chamada logo a seguir. Visitava todas as freguesias e fazia-o todas as vezes que fossem necessárias. No dia vinte e seis de setembro, cumpriam um ano de mandato e, entendendo que essa era uma belíssima forma de o comemorar, convidara todos e todas as Presidentes da Junta para um jantar-reunião para se falar do Plano. O Presidente Samuel Estrada não havia respondido nem justificado, fora o único, mas estava no seu direito. Estiveram sozinhos numa sala e a Presidente da Câmara havia tido oportunidade de fazer um balanço de tudo o que fora feito durante aquele ano, havia falado das linhas orientadoras para o próximo ano e tinha pedido aos presidentes de Junta que se pronunciassem, que estivessem à vontade para sugerir o que pretendessem sobre aquela matéria. Em várias reuniões antes da apresentação do Plano, referira aos vereadores que estavam a trabalhar no Plano e lhes havia pedido que, se tivessem alguma informação, lha fizessem chegar. Reunira o Conselho Municipal de Juventude, pois tinha-se comprometido a ouvir os membros desse órgão quando estivesse a preparar o Plano, sendo que muitos jovens haviam dado sugestões interessantes, algumas das quais haviam sido incluídas e outras vinham até na linha de orientação da estratégia e das políticas de juventude. Portanto, respeitavam a

oposição e tinham-na ouvido. A bancada sabia que, no final de novembro, iam votar aquele Plano, sendo que, em setembro, já estavam a começar a sua preparação, pelo que, se quisessem contribuir, era com todo o gosto que ouviam todos e exortou-os a que trouxessem sugestões. Atiães tivera alguns problemas ao longo do mandato, tinham chegado a enviar à freguesia vários técnicos, para a resolução de problemas que se pretendiam com as águas pluviais. O Presidente da Junta solicitara ajuda para o parque infantil e estava a ser ajudado, o mesmo tendo acontecido no tocante ao exterior da sede da Junta, problema relativamente ao qual haviam sido enviadas, várias vezes, as equipas, assim como tinham enviado a massa asfáltica solicitada, não se podendo, por conseguinte, dizer que o Presidente da Junta de Atiães havia ficado discriminado. Relativamente ao saneamento na Engimov, esclareceu que tinha sido aquela empresa a realizar o investimento. Na altura, tinha rebentado a fossa do então Presidente da Junta de Freguesia, que residia em frente às instalações daquela empresa, e estava a poluir catastroficamente. A Edil perguntou se a fossa ia continuar a causar poluição apenas por se tratar do Presidente da Junta, quando tinha uma ligação facilmente feita. Reiterou que o investimento não foi feito pelo Município, tendo sido da responsabilidade do privado. Acrescentou que gostaria muito que o dinheiro chegasse para tudo e recordou que apenas estava naquelas funções há uma ano e não há quinze anos. Assim, respondia por aquele ano, período em que haviam realizado um grande investimento, superior a três milhões e meio de euros nas estradas municipais, assim como ao nível do saneamento, estando a terminar um investimento de um milhão e trezentos mil euros numa empreitada que se encontrava, naquele momento, em Carreiras S. Miguel. Ao mesmo tempo, decorria uma outra de quatro quilómetros de saneamento, que se encontrava na freguesia de Gême e ia continuar a fazer vários troços em todo o concelho, situação que queria fazer todos os anos. Nas páginas sete e vinte e três, podia ler-se, rede de saneamento na freguesia da Lage, mil euros; rede de saneamento na união de freguesias de Carreiras S. Miguel e Carreiras S. Tiago; rede de saneamento de Parado S. Miguel, onde tinham acabado de fazer uma intervenção, também mil euros. Depois, surgiam as redes de saneamento de Lanhas, de Atiães e de Coucieiro, cada uma com cinquenta mil euros; seguindo-se uma série de freguesias com mil, mas era evidente que pretendia fazer muito mais, incluindo nestas freguesias, razão pela qual estavam todas em aberto e a Edil já explicara que o objetivo era acautelar o financiamento, mas, se não conseguissem, aqueles cinquenta mil euros, no mínimo, estavam garantidos. Assim, não era verdade que Atiães estivesse discriminada ou que não estivesse contemplada e, como era consabido, em fevereiro, quando fizessem o saldo de gerência, muitas daquelas rubricas iam ser reforçadas. O Município tinha equipas nas freguesias, coisa que outros municípios não tinham. Estavam os pedreiros em Ponte S. Vicente, uma equipa de asfalto em Freiriz, outra na Ribeira do Neiva e, a cada passo, as mesmas estavam a ser mudadas porque tinham que ir a todos os lados. Tinham, no entanto, que ter a noção de que o dinheiro não chegava, ao mesmo tempo, para tudo, razão pela qual tinham que ir fazendo equitativamente. Tinham sido também investidos cerca de setecentos e cinquenta mil euros em protocolos. Os gráficos exibidos revelavam organização, mas, nos mesmos, existiam lacunas, porquanto não era considerada a transversalidade dos investimentos, sendo que, por exemplo, no âmbito da atração turística, estavam previstos investimentos em várias áreas que não apenas no objetivo do turismo inserto no documento. Apenas existia um cemitério municipal, que era o de

Vila Verde. Reportando-se à construção da casa mortuária, recordou que existiam pessoas de outras religiões, as quais, muitas vezes, não iam à igreja, portanto, era necessário que uma sede de concelho tivesse uma casa mortuária. Referiu que Atiães tinham um salão melhor do que várias outras freguesias para promover eventos, sendo que estes eram necessários para promover o território, atrair pessoas e dinamizar a economia. Bastava olhar para os milhares de pessoas que vinham aos eventos concelhios. O Namorar Portugal era um evento de promoção do território, nacional e internacional, que iria gastar à volta de sessenta mil euros e tratava-se de um programa de um mês inteiro, estando envolvidas escolas, associações e juntas de freguesia. Também na Rota das Colheitas não estava contemplada apenas a festa de cinco dias, mas um programa de quatro meses que corria quase todo o concelho. A maioria das freguesias participava no evento e a Edil adoraria que as outras também o fizessem. As freguesias tinham realizado eventos admiráveis, haviam trazido imensa gente ao território, dinamizado o concelho, fazendo do mesmo um território onde as pessoas gostavam de vir provar e apreciar tudo aquilo que ali se fazia, tanto em termos de gastronomia como no tocante às práticas agrícolas ancestrais. O que ofereciam às pessoas era único e as associações e juntas de freguesia estavam de parabéns, pois realizavam um trabalho extraordinário. Eram quatro meses intensos e, com os fins-de-semana gastronómicos, os restaurantes iam, uma vez mais, estar cheios de gente, o que gerava negócio e era riqueza que ficava no concelho. Relativamente à habitação, no documento constava uma rubrica intitulada Primeiro Direito, a qual estava mobilizada para a estratégia local de habitação, que contemplava cerca de vinte milhões de euros financiados pelo IRU e que podiam também ir beber ao PRR. Assim, estava aberta uma rubrica que ia ser ampliada à medida que os investimentos fossem saindo, sendo que o Plano ia até dois mil e vinte e seis, destinando-se à requalificação de habitações degradadas e a situações de pessoas que estavam em casas que não eram suas. Era um investimento que queriam fazer porque a habitação digna era um direito de todos. -------

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães referiu que tinha vindo ali, com muita humildade, transmitir o seu estado de alma, aludindo a problemas muito sérios e a Presidente da Câmara, em vez de os encarar, quisera fazer um número político. Na política, não acreditava em jantares, pelo que, quando a Edil pretendesse falar com a Junta de Freguesia de Atiães, reuniam, como sempre, nas doze reuniões que haviam tido naquele mandato. Pessoas de Atiães e, inclusivamente, da sua família e vizinhos, tinham cedido, há quinze anos, grande parte dos seus terrenos, gratuitamente, para a passagem em alta do saneamento, com a promessa de que o saneamento chegaria, mas, em alguns casos, chegara primeiro a morte do que o saneamento. Não acreditava que, com uma rubrica aberta de cinquenta mil euros, Atiães acompanhasse o nível de sessenta por cento. Tinha esperança de que as suas palavras fossem ouvidas do ponto de vista construtivo e pudessem, de facto, trabalhar em rede. As suas críticas eram factos que podiam lá ser confirmados. A Edil recebia-o sempre com muita cortesia, demonstrando-se muito disponível, o que o Edil agradecia e procurava retribuir, mas outra coisa era o trabalho desenvolvido no terreno e o mesmo era escasso e tinha que ser melhorado. -----

-----O ponto 4.1. foi aprovado por maioria, com cinquenta e um votos a favor, dez votos contra e cinco abstenções. ----------

-----Pedro Araújo, dirigindo-se à Presidente da Câmara, referiu que as alterações climáticas não estavam à porta, eram uma realidade que o comportamento do Município

não procurava minimizar, bastando ver a quantidade de iluminação cénica existente ligada sem qualquer efeito, sendo também relevante o comportamento de todos em casa. Em declaração de voto, sublinhou que votava contra o orçamento apresentado porque o mesmo não contemplava aspetos importantes das suas vidas. O cuidado relativamente aos mais desfavorecidos do ponto de vista económico ficava muito aquém daquilo que poderia ser feito. Aos mais jovens proporcionava pouco mais do que a educação. O combate às alterações climáticas e a promoção de um estilo de vida sustentável era claramente insuficiente ou inexistente. As vias de comunicação eram péssimas para a circulação automóvel, mas eram ainda muito piores para a circulação pedonal ou circulável. Pelo que as pessoas não estavam em primeiro lugar. Aludiu aos passeios intermitentes, às estradas que pareciam rios, às obras que ocupavam a via, sem o cuidado de garantir uma alternativa aos peões. As bem-vindas ecovias não constituíam um incentivo à mobilidade sustentável, mas sim uma forma de recreio e lazer mais sustentável. Muito mais podia ser feito nas freguesias, como a sua, a Lage, que sucessivamente recebia promessas nas campanhas. Aquilo que era um complexo de desporto e lazer passara a ser apenas um parque urbano. De duzentos e cinquenta e cinco mil euros em dois mil e vinte e dois, haviam passando para oitenta mil euros em dois mil e vinte e três. De igual forma eram reduzidas as vias de comunicação e muitas freguesias tinham uma verba reduzida, não havendo enganos, porque as verbas não iam ser executados e ali estariam, dali a um ano e quatro meses, a constatá-lo. Por todos os jovens e por todos os Vilaverdenses, votava contra aquele orçamento. ----------

-----No ponto 4.2., a Presidente da Câmara Municipal referiu que se mantinha a prática dos últimos anos, de isenção nas situações de volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros e uma derrama de um ponto cinco aplicada às empresas com um volume de negócios superior a esse mesmo montante. Assim, aqueles que tinham menor rendimento ficavam isentos e os que mais ganhavam contribuíam, na perspetiva de ajudar os que menos tinham. ----------

-----No ponto 4.2. – discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama Municipal, a liquidar e cobrar no ano de 2023 -, Filipe Lopes, do PSD, referiu que, com base no número 1 do artigo 18.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, os municípios podiam deliberar o lançamento anual de uma derrama municipal a aplicar sobre o lucro tributável das pessoas coletivas sujeitas e não isentas de IRC correspondente à proporção de rendimento gerado na sua área geográfica pelos sujeitos passivos com sede em território português e que exercessem a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nessa região. Neste sentido, o Município propunha o lançamento da derrama municipal, a liquidar em dois mil e vinte e três, por aplicação da taxa de um vírgula cinco por cento sobre o lucro tributável e não isento de imposto dobre o rendimento das pessoas coletivas, apenas para os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, superior a cento e cinquenta mil euros; isentar do pagamento da referida taxa de derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapassasse cento e cinquenta mil euros, ou seja, para a grande maioria das micro e pequenas empresas. Porque reconheciam a necessidade de o Município garantir capacidade de intervenção na realização de investimentos estruturantes, como a modernização e manutenção da rede viária, nos equipamentos escolares, culturais e desportivos, bem como na criação de

infraestruturação de zonas empresariais que exigiam elevados recursos financeiros, mas eram indispensáveis para a atração de investimento para o concelho, e reconhecendo as dificuldades das empresas na atual conjuntura, verificavam o seguinte: apenas as empresas, pessoas coletivas, que apresentassem lucro tributável estariam sujeitas ao pagamento daquela taxa sobre aquele mesmo lucro, encontrando-se excluídas aquelas que apresentassem prejuízo fiscal, tal como os empresários em nome individual; aquela receita representava uma pequena contribuição das empresas mais lucrativas em prol do desenvolvimento do concelho e do bem-estar das populações; as empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros iam ficar isentas do pagamento de derrama, salvaguardando assim as microempresas. Por estes fatores, o Grupo Municipal do PSD ia votar favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.2. foi aprovado por maioria, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------

-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, considerou que, acompanhando o seu partido a preocupação com as micro e pequenas empresas, deveria também haver uma preocupação com a responsabilidade social e a preocupação de aferir da manutenção ou não dos postos de trabalho para decidir sobre a isenção a atribuir, ou não. ----------

-----No ponto 4.3. - deliberar sobre a fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a praticar no ano de 2023 -, a Presidente da Câmara Municipal frisou que há já vários anos que o Município mantinha a taxa de IMI no mínimo possível permitido pela Lei. Aduziu que, nos agregados familiares com filhos a cargo, as reduções se cifravam nos quarenta euros, nas famílias com dois filhos, e setenta euros para as famílias com mais do que dois filhos. ----------

-----Patrícia Gonçalves, do PS, reconheceu que a taxa estava no mínimo possível, mas havia algo que podiam fazer: fixar uma redução da taxa de imposto de acordo com o número de dependentes, porquanto existiam famílias que tinham apenas um dependente a cargo e, nesse caso, era possível fazer uma redução de vinte euros. Em dois mil e vinte e um, dos trezentos e oito municípios, duzentos e vinte e três tinham aderido parcial ou totalmente, tendo Vila Verde aderido parcialmente, porque faltava a situação dos agregados com apenas um dependente a cargo. Estavam habituados a ouvir que todo o trabalho era fundamentalmente realizado a pensar nas pessoas, que eram promovidos incentivos fiscais, que Vila Verde era um concelho inclusivo, solidário, próspero e moderno, continuava na senda da evolução global e que a receita tinha vindo a ser superior à despesa. Assim sendo, porque não alterar o regime de aplicação da isenção, naquele que seria o terceiro ano atípico para os portugueses e quando a maioria das autarquias já o tinha feito. Vila Verde continuava a excluir os agregados familiares com um filho a cargo, quando era sabido que eram numerosas as famílias nesta situação. O município de Vila Verde, com esta receita, pretendia arrecadar cerca de três milhões de euros, o que equivalia a um aumento de cinco por cento, mais de cento e cinquenta mil euros relativamente a dois mil e vinte e dois. Poderiam ser mais abrangentes nesta proposta e, assim, iam abster-se neste ponto. A mesma Lei, no artigo vinte e três, no que concernia à receita das freguesias, contemplava-as com aquelas comparticipações das receitas de IMI, portanto, surgiu-lhe a dúvida de perceber se a Câmara transferia para as juntas de freguesia aquela percentagem. ----------

-----José Manuel Lopes, Presidente da Junta de freguesia de Moure, considerou que o Município propunha a manutenção da taxa de IMI em zero vírgula três por cento,

continuando, assim, a apostar na continuidade da taxa mínima legalmente prevista, contudo, para o próximo ano, ao abrigo do número 1 do artigo 112.º do código do IMI, propunha ainda que fosse fixada uma redução adicional da taxa incidente sobre imóveis destinados a habitação própria e permanente dos sujeitos passivos ou do seu agregado familiar, nos seguintes termos: redução adicional de quarenta euros para as famílias com dois dependentes a cargo; redução adicional de setenta euros para as famílias com três ou mais dependentes a cargo. Nunca era demais referir que aquela medida de redução do imposto incidente sobre os agregados familiares com dependentes a cargo, com especial relevância para as famílias mais numerosas, era também uma forma de incentivo ao aumento da natalidade e de consequente combate ao envelhecimento da população, um dos maiores problemas da Europa e de Portugal, aliada ao apoio às famílias num momento em que o aumento da inflação ia agravar a sua situação financeira, tratando-se, assim, de mais uma excelente medida de apoio às famílias Vilaverdenses por parte do Executivo Municipal. Por estes motivos, o Grupo Municipal do PSD ia votar a proposta em apreço favoravelmente. ----------

-----O ponto 4.3. foi aprovado por maioria, com cinquenta e oito votos a favor, zero votos contra e oito abstenções. ----------

-----Ricardo Cerqueira, em declaração de voto, sustentou que não estava garantida a função redistributiva e que achavam que era desejável que também as famílias com um dependente a cargo fossem beneficiadas. ----------

-----O ponto 4.4. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----O ponto 4.5. foi aprovado por unanimidade. ----------

-----No ponto 4.6., a Presidente da Câmara Municipal recordou que, há cerca de dois anos, tinha vindo ao Plenário um direito de superfície do Campo Cruz do Reguengo, o qual gerara discussão e o ponto havia sido retirado, para que uma comissão, então constituída, reunisse e pudesse dar outro tipo de contributos. Punha-se em questão o direito de superfície por quarenta ou cinquenta anos, o que levantara algumas dúvidas e a referida comissão teria reunido uma ou duas vezes para tentar salvaguardar a posição do município. Entretanto, esta matéria foi retomada há alguns meses e chegaram à conclusão de que, pela forma como aquele documento estava preparado, podiam correr o risco daqueles campos poderem ser hipotecados. Assim, tinham trabalhado com o clube de forma a evitar que tal pudesse vir a acontecer e estavam agora a propor um contrato de cedência de utilização, exploração e gestão do Campo Cruz do Reguengo, sendo que aquele património ficava devidamente salvaguardado. Por outro lado, o mesmo era feito com o Vilaverdense Futebol Clube e este era depois autorizado a fazer os acordos com a SAD, com o Lank, que era quem estava a desenvolver toda a atividade desportiva naquele campo. Também haviam entendido que a realização de obras de manutenção, reparação ou restauro e eventuais benfeitorias eram já a contrapartida necessária para que, a partir deste momento, o município não tivesse que fazer qualquer tipo de investimento, nem que pagar a luz, a água ou qualquer outra despesa, sendo que essa seria da exclusiva responsabilidade do clube ou de quem o clube entendesse que deveria fazer essa exploração. Desta forma, o património era salvaguardado, não poderia ser hipotecado, o contrato era feito por um período de dez anos e ficava do lado do Lank todo o investimento que ali fosse feito, sendo que as benfeitorias ficariam para o património do Campo Cruz do Reguengo. Como no outro estádio era desenvolvida

toda uma atividade desportiva das camadas jovens, o mesmo não fazia parte deste protocolo. ----------
-----O Presidente da Junta de Freguesia de Atiães lembrou a sua posição contrária à proposta de direito de superfície há dois anos vinda a Plenário e referiu-se ao legado deixado pelo ex-Presidente da Câmara Professor António Vilela de abertura ao diálogo e à diferença. Saudou a Presidente da Câmara Municipal por ter alterado aquele contrato. Na altura, o Presidente da Mesa, para além do Regimento e dos protocolos, havia tido a coragem de permitir um debate muito extenso e profícuo, porquanto, na verdade, tinham agora chegado a um resultado que melhor acautelava os interesses dos Vilaverdenses, demonstrando que esta Assembleia podia dar um contributo muito importante para a vida dos mesmos, sempre que neste palco se promovesse uma discussão aprofundada e séria sobre as coisas, com as diferenças que os dividiam, mas com a certeza de que todos queriam o melhor para o concelho e era isto que se tinha conseguido neste contrato, pelo que estavam de parabéns. ----------
-----O Presidente da Mesa também considerou que tinha sido encontrada uma solução equitativa e justa para os Vilaverdenses, razão pela qual também dava os parabéns ao Executivo pelo trabalho realizado. ----------
-----O ponto 4.6. foi aprovado por maioria, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. ----------
-----No ponto 5. não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 7. não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----No ponto 7. também não se registou qualquer pedido de intervenção. ----------
-----A minuta da ata da reunião de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e dois foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e seis, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudesse, assim, produzir efeitos imediatos. ----------
-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou apresente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. -
-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três. ----------

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário